CRISE CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: IMPACTOS, ESPECIFICIDADES LOCAIS E RESPOSTAS DOS TRABALHADORES*

Frederico José Falcão [1]

O quadro conjuntural da crise estrutural que se abate sobre o sistema do capital nas últimas décadas[2] aponta algumas novidades cuja seriedade não pode ser ignorada. A começar, o fato de que essa crise se localizou, a partir de 2007/2008 no centro nevrálgico do capitalismo mundial, a saber, os Estados Unidos da América (EUA) e a Europa do Euro. O fato de há muitos anos já existir uma paralisia quase patológica na economia japonesa não impedia a reprodução de um modelo de capitalismo financeiro alicerçado em uma ideologia (neo)liberal que hegemoniza o discurso político mundial, buscando se cacifar como o "pensamento único", inquestionável, no qual o "mercado", esse ente onipotente e onipresente responderia pela superação de todo e qualquer tipo de problema sistêmico, a partir de suas teias invisíveis de atuação. Aos Estados nacionais restaria uma ação parcialmente anêmica na área econômica, mas de alta intensidade (e isso sempre foi pouco enfatizado pelos áulicos desse modelo) no campo político-social, no sentido de aplacar, de todas as maneiras, quaisquer reações dos prejudicados pelo capital, a saber, os trabalhadores e a população pobre e miserável em geral.

Acontece que o capitalismo não vinga em um terreno no qual a ganância pelos maiores e maiores ganhos não seja a estimulante senda a ser trilhada. Os enormes ganhos do capital financeiro nos últimos lustros, a corrupção desenfreada, os governos subservientes às necessidades dos "homens de negócios" levou a uma crise no setor financeiro estadunidense que se espalhou, dada a interconectividade desse com todo o mundo, e gerou pânico no "deus mercado". Este, apavorado, abandonou (ao menos por algum tempo) a empáfia dos inquestionáveis vencedores e apelou para os agentes governamentais no sentido de se evitar uma "bancarrota no sistema financeiro em escala mundial". Como foi curioso ver os arautos da "mão invisível do mercado" defendendo a intervenção muito visível dos Estados centrais do capitalismo para que fizessem jorrar trilhões de dólares em empresas e bancos falidos ou em situação pré-falimentar. Isso não reorganizou o sistema, mas pareceu dar um fôlego para a retomada das atividades. A realidade de 2011 mostra que o quadro é muito mais perigoso e drástico.

Os EUA vivem uma situação de "calote técnico", com uma dívida pública federal de mais de 14,3 trilhões de dólares, 100% do seu PIB. O déficit fiscal de 2011 supera os 10% do PIB (2 trilhões de dólares). O acordo político para o aumento do teto da dívida impôs forte redução de gastos públicos nos próximos dez anos. Quais as consequências disso? Além de não haver nenhum compromisso no

---

* Apresentado no Seminário "História, Memória e Investigação em Serviço Social", no curso de mestrado em Serviço Social do ISMT, a 6 de janeiro de 2012

[1] Doutor em Serviço Social e Mestre em História do Brasil, ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[2] Mészáros, 2009.

aumento dos impostos sobre os ricos e super-ricos, a tendência é de aumento da pobreza e miséria. Em 2010 havia 46,2 milhões de estadunidenses vivendo abaixo da linha da pobreza, quase um em cada seis habitantes (16,4 milhões de crianças). A renda pessoal caiu 4% desde 2008. O índice de produção industrial está 8% abaixo do de dezembro de 2007. A situação dos EUA só se sustenta e, paradoxalmente, se mundializa, na medida em que 50% dos títulos de sua dívida estão em mãos estrangeiras (em especial, quem diria, dos chineses...). E a crise é da Grécia!!!

A Europa do Euro, dita "bola da vez" pelos analistas, demonstra as contradições de um modelo que não conseguiu se firmar, com suas imensas desigualdades internas que, apesar dos discursos otimistas do passado recente, parecem só se agravar. A Grécia, na verdade estopim e não motivo da crise, vive em condições de incerteza quanto ao seu futuro. Os discursos europeus de "salvar a Grécia" são, na verdade, de salvação dos bancos franceses e alemães que lá investiram aproveitando as altas taxas de ganho que poderiam ser proporcionadas pelos riscos de lá se investir. Os ganhos são altos quando existem. Quando acabam, é o dinheiro público (impostos) que deveria reverter para os trabalhadores e populações mais humildes, que será utilizado para "salvar o sistema". E para essa população? Aumento de impostos, cortes de benefícios (previdência social em primeiro lugar), desemprego e subemprego (23 milhões de desempregados e 80 milhões de pobres na União Européia), tudo agravado para a juventude que se prepara intelectualmente e acaba sem acesso ao mercado de trabalho, formando uma geração frustrada e revoltada.[3] Tal quadro, infelizmente, só tende a se agravar e expandir (veja-se o exemplo recente da Itália).

Uma das tentativas de se evitar a crise que se avoluma, no campo das opções estadunidenses que contam com um imenso arsenal bélico, é a criação de sucessivas intervenções militares, cujas justificativas caem por terra enquanto suas forças militares se impõem quase sem questionamento mundial. A recente "saída" das tropas de Obama do Iraque não disfarça a sua transferência para o Afeganistão e a manutenção de um fabuloso arsenal sob controle de mercenários que garantem os lucros das corporações estadunidenses que, avidamente, se lançaram sobre as possíveis fontes de lucro no Iraque. A recente ação da OTAN na Líbia e os compromissos de "reconstrução" das corporações e governos europeus mostram como esse modelo acaba sendo copiado pelo mundo afora. Os custos humanos, a destruição em massa, tudo isso se justifica por razões humanitárias, que não se sustentam quando aparecem os verdadeiros ganhadores: empresários firmando grandes contratos e governos europeus garantindo novos governantes "amigos" nos países invadidos militarmente.

[3]. Aqui cabe uma referência às propostas de se evitar ou sair da crise. A Espanha foi o primeiro país da zona do Euro a implantar medidas de "flexibilização" das leis e direitos trabalhistas, sob a justificativa de se superar as altas taxas de desemprego, à época, 12%. Hoje essas mesmas taxas passam de 20%, ou mais de 40% entre os jovens. O engodo só fez engordar o patronato e aumentar o drama espanhol, cuja face mais cruel é a dos "indignados".

A outra fonte de preocupações de todos aqueles que se preocupam com o futuro do planeta é a destruição da natureza promovida por corporações sedentas de lucro. O capitalismo mundial está matando as duas fontes da riqueza social: a Terra e o Trabalho. Não importa o futuro ("A longo prazo estaremos todos mortos", teria dito Lord Keynes), não importa o meio ambiente, importam os ganhos imediatos. As recentes conferências mundiais são acúmulos de fracassos na tentativa de barrar uma destruição da vida que parece cada vez mais próxima e inexorável. É a barbárie que nos impõe o capital e contra a qual a imensa maioria da população mundial ainda aparece tão fraca, impotente e incapaz de formular um projeto que ataque as verdadeiras bases do problema.

A suposta situação de estabilidade econômica no Brasil não é mais do que uma outra face da crise mundial. A situação crítica nos países cêntricos do capital encaminhou muitos especuladores para investimentos no Brasil. E não é à toa: com um governo "popular", uma das mais altas taxas de juros do mundo e uma legislação absolutamente liberal quanto à remessa de lucros para o exterior formam um especial atrativo para qualquer especulador ao redor do mundo. Por outro lado, a situação das contas brasileiras avança para um nível crítico: nos últimos anos, o Brasil gastou mais de 200 bilhões de reais[4] por ano (de 40 a 50% do orçamento federal) no pagamento de juros e amortização da dívida pública, que, paradoxalmente ou não, continua em projeção ascendente (3 trilhões de reais, sendo 2,400 trilhões a dívida interna e 600 bilhões a externa). Praticamente um PIB. Durante os mandatos de Cardoso (1995 a 2003) e Lula da Silva (2003 a 2009) os gastos da dívida ultrapassaram 6,8 trilhões de reais, cerca de 2 PIB. E a situação não para de se agravar: nos 6 primeiros meses de governo Dilma foram pagos R$ 364 bilhões em juros, amortizações e refinanciamento da dívida, representando 53% do orçamento realizado em 2011 até aquele período.[5] Isso, por si só, já representa um grande risco para a economia brasileira. Qualquer movimento para conter a onda especulativa pode ser respondida com uma evasão sem controle de capitais como a que ocorreu em setembro de 2011, quando o governo resolveu reduzir as taxas de juros que alimentam essa especulação.[6]

As crescentes reservas brasileiras em dólar – US$ 220 bilhões em 2008 e hoje chegando a US$ 350 bilhões – que não rendem praticamente nada, já que o Federal Reserve anunciou juros próximos a zero até 2013, e que para mantê-las o governo brasileiro paga os juros astronômicos já citados, não são, portanto, nenhuma garantia contra os ataques especulativos que já vitimaram países como

[4] A cotação do Real frente ao Euro é, hoje, mais ou menos de 2,4 para 1.

[5] Para se ter uma idéia do peso disso para as finanças brasileiras, nos oito anos que precederam os mandatos de Cardoso, as remessas de lucros ao exterior foram de US$ 99 bilhões. Nos oito anos de governo Cardoso superaram US$ 194 bilhões e, com Lula da Silva, aumentaram para US$ 343,5 bilhões.

[6] Foi particularmente forte a retirada de capitais japoneses, com a venda de títulos brasileiros, gerando momentos de incerteza e tensão no mercado de títulos e nas autoridades monetárias brasileiras.

o México e a Rússia alguns anos atrás. Ao contrário, comprometem de forma profunda as finanças públicas.[7]

Para responder à situação naquele momento o governo Dilma lançou medidas como o aumento de impostos para veículos importados e uma desvalorização do Real. Essa medida, tão solicitada, em público, pelos setores do grande capital brasileiro é criticada nos bastidores por parcelas deles, dada a imensa dependência externa que tem a indústria brasileira em máquinas e equipamentos, encarecidos com a medida. Para compensar, o governo anunciou uma renúncia fiscal de 25 bilhões de reais, para alegria dos detentores de capitais. Isso, porém, tem um preço: já submetidas a um corte de 50 bilhões de reais no início do governo Dilma, as finanças e gastos públicos sofriam mais esse "baque". A inflação saiu dos eixos, alcançando o teto da meta estabelecida pelo próprio governo (6,5%), inflada especialmente pelos chamados "preços administrados" (de serviços públicos sob controle do governo ou, o que é mais comum, daqueles resultantes de privatizações que tiveram, quando da assinatura de seus contratos, garantias de reajustes indexados - energia elétrica, telefonia etc).[8]

A contrapartida dessa situação econômico-financeira aparece na esfera social, com reflexos na política. Um conjunto de programas sociais compensatórios, cuja origem precede os "governos populares", funciona como atenuante da continuada situação de pobreza e miséria que ainda oprime parcelas consideráveis da população trabalhadora. O "Bolsa Família", entre outros, que hoje beneficiam mais da metade dos brasileiros, funcionam como lenitivos contra a pobreza. Porém, denunciam seu caráter cruel e limitado quando seus dados (os programas não consomem mais que 0,4% do PIB) são comparados com os gastos governamentais de apoio a bancos e empresas como as do chamado agronegócio. Além disso, sua continuidade indefinida demonstra a incapacidade dos "governos populares" e do capitalismo brasileiro de verdadeiramente incorporar o conjunto das massas brasileiras em um projeto de desenvolvimento econômico com igualdade.

Esses programas são "vendidos" pela propaganda no Brasil e no exterior como modelo para a superação das desigualdades. Porém, seu "sucesso" é devido, principalmente, pela longa e dolorosa tradição de desigualdade social presente

[7] 2/3 das reservas cambiais brasileiras não derivam de um superávit do comércio exterior, mas de atividades geradoras de endividamento público (pagamento de juros da dívida, por exemplo). O impacto da diferença entre o que não se ganha entesourando dólares e o que se paga de juros por isso chegou, em 2010, a 50 bilhões de reais

[8] É curioso notar que, mesmo sob os "governos populares" de Lula da Silva e Dilma, as demandas salariais dos trabalhadores de reposição da inflação de um dado pano são sempre rebatidas com o argumento de que a indexação da correção dos salários à inflação passada tem forte conteúdo inflacionário para o futuro. Diz um ditado no Brasil que "pimenta nos olhos dos outros é refresco".

no Brasil. Nele nunca houve um Estado de Bem Estar Social.[9] Nesse sentido, a existência de "alguma coisa" para populações miseráveis que nunca receberam nenhum benefício social da parte dos governos que se sucediam, explica, em boa parte, a aceitação desses programas pela maioria da população. O que se omite, na prática, é que esse assistencialismo auxilia no amortecimento das tensões sociais, não modifica o quadro social brasileiro na sua essência e ainda é usado como moeda política de troca nos processos eleitorais. Ou, traduzindo: a situação de miserabilidade e dominação político-social mantida sobre uma ampla parcela da população brasileira durante séculos pelas elites dominantes (fossem elas quem fosse) permitem que "migalhas sociais" sejam absorvidas por essas camadas como verdadeiras dádivas, encobrindo as verdadeiras necessidades e direitos ainda não conquistados por elas.

Enquanto isso, os gastos públicos (saúde, educação, previdência etc) dos governos recentes são fortemente afetados por crescentes cortes com a justificativa da necessidade do pagamento dos serviços da dívida pública. A compressão desses gastos foi de 56% da receita líquida em 1995 para pouco mais de 30% em 2010. Os salários dos servidores públicos, nas esferas federal, estadual e municipal, sofreram perdas que superaram os 100%, sem que tenha ocorrido qualquer correção dessa defasagem durante a já quase década de "governos populares". O gasto com reforma agrária, uma das bandeiras históricas do partido hoje no poder federal, atingiu em 2010 a soma de 526 milhões de reais, contra o um bilhão no último ano de Cardoso, inimigo declarado do MST.[10] Os gastos com desapropriações no primeiro ano do governo Dilma caíram para o valor mais baixo em décadas (ridículos 60 milhões de reais). Não por acaso, o Censo Agrário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta para o fato de, no país, menos de 1% dos proprietários rurais deterem 44,5% das terras (as melhores, segundo a instituição.

O salário mínimo brasileiro (que é verdadeiramente mínimo) sofreu um reajuste de 58,4% nos oito anos de Lula da Silva, apesar da promessa de dobrá-lo nos quatro primeiros anos de governo. Porém, como a rotatividade da força de trabalho no Brasil é enorme, a renda média permaneceu praticamente inalterada entre 2002 e 2009 (1450 reais).

O Brasil - como a agora 6ª economia do mundo - tem a 10ª pior distribuição de renda e somos o 84º país no atendimento aos direitos humanos básicos em 2011, segundo os índices do IDH/PNUD/ONU[11], resultado da manutenção de milhões de brasileiros na miséria, fome, ausência de saneamento básico, educação e saúde com o mínimo de qualidade. A "bolsificação geral" da vida social brasileira não deu conta de 16,2 milhões de pessoas em situação de

[9] O sociólogo Francisco de Oliveira, uma das vozes mais lúcidas e críticas no Brasil chega a afirmar um "Estado de Mal Estar Social" para explicar a imensa e centenária desigualdade social no país.

[10] Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

[11] ONU, Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, publicado no dia 2 de novembro de 2011.

miséria absoluta (renda mensal inferior a 40 dólares), a metade delas na região Nordeste e que detém 28% da população do país, mas somente 14% do PIB.

Diante desses dados, mais um "programa" foi criado recentemente pelo governo Dilma. O "Brasil sem Miséria" está orçado em 1,2 bilhões de reais. Só a título de comparação, o projeto privado do "trem-bala", voltado para as elites (liga as regiões mais ricas do país a partir de seus aeroportos) terá uma participação inicial do governo federal da ordem de 3,9 bilhões de reais, sem falar nos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao setor privado, orçado em 23 bilhões de reais.

A histórica dominação das elites brasileiras, o controle social, a repressão e a recente "bolsificação" não foram capazes de impedir que os trabalhadores brasileiros manifestassem crescentemente seu descontentamento, principalmente a partir do ano que findou. O ano de 2011 marcou um desabrochar de inúmeros movimentos grevistas que muitos consideravam ultrapassados pelas ações dos "governos populares". As greves na construção civil, em destaque para aquelas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), menina dos olhos Lulo-Dilmista, e que envolveram centenas de milhares de trabalhadores contra as péssimas condições de trabalho e salários aviltantes sacudiram da inércia burocratas ineptos e capitalistas vorazes. Tiveram que vir a público se explicar, mesmo tendo as facilidades de uma mídia comprada e da enorme distância que separavam as obras (e os trabalhadores grevistas) dos centros mais importantes do país e de maior repercussão política.

Também na Educação ocorreram muitas mobilizações, com greves de professores do setor público em 17 estados da União. Os servidores técnico-administrativos das Universidades Federais fizeram mais de 100 dias de greve. Funcionários dos Correios e bancários realizaram, também, greves de caráter nacional. A greve dos bombeiros do Rio de Janeiro por melhores salários e condições de trabalho teve repercussão nacional, após a prisão de centenas deles pelo governo do estado. Uma manifestação de apoio a esse movimento reuniu dezenas de milhares de pessoas solidárias ao movimento, na praia de Copacabana, o que repercutiu fora das fronteiras do país e forçou ao recuo das medidas repressivas pelo governo ou pelo Parlamento Federal.

Se o alcance e repercussão desses (e de muitos outros movimentos) demonstram a capacidade de luta por direitos e para resistir aos ataques de patrões e governos, a capacidade de se chegar a conquistas de peso ainda se mostra muito limitada. O fundamento disso está em variadas razões, a começar pela crença de alguns sobre a capacidade (e/ou interesse) dos governos em implementar reformas econômicas ou sociais que, com o tempo, permitam a melhoria das condições de vida de todos. O problema que as (contra)reformas que estão sendo propostas ou sendo já levadas à prática (principalmente aquelas que dizem respeito aos funcionários públicos) têm forte semelhança com suas congêneres européias: ataques a direitos há muito adquiridos, privatização da Previdência, inexistência de reajustes salariais por longos períodos etc. Uma outra razão que enfraquece a luta dos trabalhadores diz respeito à não superação

da fragmentação das lutas das diversas categorias profissionais e, por mais surpreendente que possa parecer, dos próprios funcionários públicos.

Porém, o elemento fundamental para que as lutas dos trabalhadores brasileiros tenham a possibilidade real de vitórias expressivas está no fato de que, apesar da tradição de luta adquirida, principalmente, nos anos de 1980, o gradativo processo de "adaptação à ordem" que vitimou o Partido dos Trabalhadores (PT)[12], a grande maioria de seus dirigentes históricos e parcela considerável das direções sindicais, transformou o que era uma força em prol das mudanças sociais profundas em um Partido e dirigentes que utilizam os sindicatos como correias de transmissão das políticas governamentais. Apesar das enormes dificuldades de se justificar frente às suas bases em relação a políticas de não-enfrentamento com patrões e governo, esses sindicalistas buscam apoiar-se na imagem de Lula da Silva (muitas vezes a do antigo aguerrido dirigente sindical) para buscar prestígio e evitar serem acusados de "pelegos".

Muitos ex-sindicalistas ligados ao PT foram, nos últimos anos, incorporados às fileiras dos governos (federal, estaduais e municipais), governos esses de frente com setores da burguesia – às vezes, dos mais conservadores – acabando por reproduzir práticas das elites tradicionais, antes fortemente criticadas. Além disso, como representantes do governo federal ou como dirigentes de fundos de pensões, diversos antigos dirigentes sindicais passaram a ocupar postos em conselhos de administração de grandes corporações, ajudando a gerir as empresas em prol dos interesses do capital e, por óbvio, contra os dos trabalhadores.[13] Há casos, como de Luis Gushiken, um ex-dirigente bancário, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ex-ministro de Lula da Silva que se transformou em empresário, "vendendo" a idéia da criação de fundos de previdência privada para os trabalhadores do setor público. Granemann (2006) afirma que

> a "previdência privada", ao financeirizar as lutas e os direitos da classe trabalhadora, contribui para o aprofundamento da alienação de frações de classe dos trabalhadores e reforça a "aristocracia operário-trabalhadora" que passa a administrar partes do capital financeiro.

Essa política de cooptação, que aparece sempre ao lado da coerção para aqueles que não se rendem a essa situação, tem um alcance ainda mais longo do que simplesmente o movimento sindical. As combativas CUT, UNE (União Nacional dos Estudantes) e o MST de outrora, a partir do recebimento de cargos e/ou vastos recursos financeiros têm apresentado uma atuação débil ou, no caso dos Sem Terra, na melhor das hipóteses, dúbia frente às políticas dos "governos populares". Isso tem gerado divisões nessas organizações e o surgimento de outras, que tentam representar o espírito de luta que a juventude e os trabalhadores em geral sempre demonstraram. Essas, porém, são experiências

[12] Falcão, 2010.

[13] Garcia (2011) arrola diversos ex-dirigentes bancários brasileiros que hoje administram fundos de pensão e, via de conseqüência, se transformaram em administradores de grandes empresas, com salários, em geral, que chegam a valores de 40 ou mais salários mínimos brasileiros.

muito recentes e padecem de amadurecimento, capacidade de representação, coesão e ampliação de forças.

Não há dúvidas, entretanto, que, para aqueles que apostam em uma reversão do processo de dominação do capital em esfera universal e, em particular, no Brasil, é necessário se lançar na construção de estruturas organizativas e de lutas cada vez mais sólidas, representativas e amplas e que superem a atual fase da História do enfrentamento capital X trabalho. A alternativa, já nos diria Mészáros (2003), é a barbárie.

BIBLIOGRAFIA

FALCÃO, Frederico José. Organizações revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem. Tese de Doutoramento, Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social, 2010.

GARCIA, Cyro. PT: de oposição à sustentação da ordem, Rio de Janeiro, Achiamé, 2011.

GRANEMANN, Sara. Para uma interpretação marxista da "previdência privada". Tese de Doutoramento, Rio de Janeiro: UFRJ/ CFCH – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social, 2006.

MÉSZÁROS, István. O século XXI: socialismo ou barbárie?. São Paulo, Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo, Boitempo, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3837&lay=pde, acessado em 26/12/2011.